

## O estatuto da linguagem religiosa

1. Não é pacífico o possível estatuto da linguagem religiosa, nomeadamente cristã, que no entanto deveria existir como resposta às interpelações de Jesus e do Mundo, que continuarão a perguntar: “E vós, quem dizeis que Eu sou?”<sup>1</sup>. Como dar as razões da nossa esperança, hoje?

Ao longo da História, nomeadamente da cristã, sempre se fez a experiência de que pela palavra, pela linguagem, a Fé foi e é proclamada e acolhida. E isto como uma exigência profunda e permanente: “Nós não podemos deixar de proclamar publicamente o que vimos e ouvimos”<sup>2</sup>. De modos diversos, esta manifestação foi feita<sup>3</sup>. E na sucessão e escoamento do tempo, com maior ou menor qualidade, insistência e pertinência, a proclamação continuou através dos continentes. Mas quase sempre com reais dificuldades, pela tensão que existiu e continua, em tentar ser fiel ao kerigma, ao que se apelidava impropriamente “depósito da fé” e traduzi-lo de modo adequado, em linguagem inteligível, para as diferentes populações das diversas idades e culturas, ao longo dos séculos, em todas as latitudes.

Aliás, o Concílio Vat. II teve clara consciência desta problemática<sup>4</sup>, da ambiguidade e do desfazamento que quase sempre contagiou a linguagem teológica, relativamente à necessidade pas-

<sup>1</sup> *Mc.* 8, 29; *Lc.* 9, 20; *Mt.* 16, 15. .

<sup>2</sup> *Act.* 4, 20.

<sup>3</sup> *Cf. Jo.* 20, 31; *Act.* 6, 8-14; 10, 28; 13, 14-16; 17, 2-4.

<sup>4</sup> *Cf. G. S. n.º* 21, 7; 62, 2.

toralmente sentida de que o kerigma deveria tornar-se sempre inteligível, interessante é interpelativo. A questão é complexa e exige, em cada momento e circunstância, uma revisão, actualização e avaliação, de modo a não trair a Verdade revelada, nem defraudar ou iludir os destinatários de Mensagem, que são todos os povos de toda a História pós-cristã.

2. E abordando, de forma sintética, alguns dos problemas postos à linguagem religiosa, deveríamos ter clara consciência que ela envolve questões de teologia, de filosofia, de hermenêutica e de pastoral; e além de serem questões de vária ordem, todas oferecem alguma complexidade. Com efeito:

a. Aceitamos, à partida, que existe a palavra revelada, um kerigma salvador, que vem de Deus, destinado à salvação integral dos seres humanos. Tem função esclarecedora sobre a origem, sentido e fim da vida pessoal, assim como indicativa de comportamentos éticos, pessoais e sociais. Por outro lado, esta palavra, além de pretender ser *significativa*, também é *produtiva*, ou seja: contém o que significa e, efectivamente, é capaz de *salvar*, pela comunicação do ser que carrega, aqueles que a *acolhem* na inteligência, na vontade e na vida que se vai vivendo.

Mas é claro que a *fonte* da mensagem é ontologicamente diversa da dos destinatários. Por outro lado, o fenómeno tornou-se temporal e mundano; mas quem o provocou e provoca é de outra ordem, é Deus, O totalmente diferente. E quanto à linguagem, que é criação humana, é portadora de algo qualitativamente diferente e superior a si mesma: *ela veicula a transcendência e torna-a imanente* de modo misterioso e sacramental. É que a palavra humana transporta em si a própria força do “Logos”, do “Verbum”, torna-se *senal*, *sacramento* de outra realidade - a vida de Deus para seres humanos concretos, situados no tempo e numa circunstância determinada.

b. Por um “estatuto original”, esta palavra amplia o próprio significado e *torna-se eficaz*, produz o que significa, mas diversamente do significado imediato, porque *produz algo ontologicamente diverso*: é o Salvador que salva por estas mediações. É o Verbo de Deus, em linguagem humana, destinada a todos os de boa vontade, que é capaz de salvar integralmente quem a acolhe in-

condicionalmente, levando as pessoas à plena realização do projecto que trazem no seu ser aberto à Felicidade plena e perene.

Isto assim, sinteticamente enunciado, pode ter mais ou menos significado para quem está inserido neste novo mundo, em que a transposição do valor primeiro e imediato da linguagem não cria problemas de recusa significativa. É que o crente pode falar sobre Deus - *Aquele em quem acredita* - que é um original modo de saber, porque fez uma experiência única da Fé. Por outro lado, pode e deve *testemunhá-la*, dizê-la na e com a vida, o que dará força e credibilidade ao discurso sobre o conteúdo do Credo que assume e confessa por palavras e comportamentos no dia a dia.

Além do discurso sobre Deus, haverá o *discurso com Deus*, em quem acredita e confia. E isto toma formas diversas, sendo a mais profunda a *celebração*, a *liturgia*, em que a linguagem religiosa é simultaneamente significativa e produtiva, em que o acreditado, é vivido, testemunhado, celebrado e acolhido. Nestas condições, tudo toma forma de dinâmica e empenhativa. Diz-se de S. Domingos que em toda a vida “falava com Deus ou de Deus”.

3. Mas a questão é muito mais complexa para os que estão fora desta possibilidade de fazer um discurso religioso, com significado inteligível, assim como para aqueles para os quais ele é rebarbativo, eventualmente insignificante, despido de validade semântica, de objectividade e de real valor significativo. E neste campo estão os atomistas, os neo-positivistas e, em certo sentido, os quase defuntos promotores da secularização radical. Para este tipo de pessoas, o que conta é um redutor critério empírico; o valor e significado duma determinada afirmação apenas valeria na medida da respectiva e exacta verificabilidade, pela observação directa. Isto implica que o fenómeno ou o facto contido na afirmação, é possível ser recriado, o processo poderá ser recomeçado, visto que o significado duma proposição dependeria da sua possível verificação. Embora seja uma atitude pouco inteligente, mas sem má fé, ainda é, partilhada por largos sectores da população que, não tendo tido acesso a uma avaliação analítica e crítica da posição, ela é assumida por arrastamento ambiental, onde tende a perder impacto o impulso vital para acolher o transcendente.

Em leal contra-proposta, temos que fazer apelo à antropologia cultural e à filosofia da linguagem, que demonstram exactamente o contrário da efémera teoria da verificação. Com efeito, a linguagem simbólica é um fenómeno universal e típico dos seres humanos. Por seu lado a língua dum determinado grupo social é criação desse mesmo povo, revelador da sua identidade cultural, da respectiva evolução e civilização técnica, social, ética e estética.

As diversas línguas vivas têm algo em comum: são sistemas abertos, com funções múltiplas, tão vastas quanto as capacidades, as potencialidades actualizadas dos respectivos povos que as cria, usa e recria evolutivamente e numa linha de certa continuidade. Assim, cada língua, como sistema aberto que é, tem possibilidades expressivas tão vastas quanto as diferentes actividades pessoais e do grupo, exprimindo conceitos matemáticos, filosóficos, poesia, arte, religião, etc. E como o ser humano é naturalmente religioso, a complexidade do jogo linguístico religioso é humano, é significativo e é verdadeiramente expressivo e válido como qualquer outro da mesma ordem.

Visto que cada jogo linguístico tem as modalidades próprias da comunicação, é nesse respectivo contexto que deverá ser avaliado e decifrado, segundo as respectivas regras, funções e papéis originais que os intervenientes desempenham e que a linguagem exprime de modo mais ou menos adequado.

Dado que as atitudes e os comportamentos religiosos são tão antigos como o *homo sapiens*, em todas as culturas, o aspecto religioso desempenha um papel mais ou menos relevante. E também se constata que as expressões revestem modalidades diversas, consoante um conjunto de factores convergentes que levam à organização social, mais ou menos original e complexa, em que o religioso surge como uma filosofia ou crença sobre as origens, a escatologia e uma ética orientadora da vida pessoal e social, em que entram vários elementos de prémio, castigo, reconhecimento e estimulação positiva.

4. Do que fica brevemente exposto parece-nos que se pode inferir que a linguagem religiosa engloba racionalidade, vontade, liberdade, sensibilidade, conceitos de bem e mal, de receio, de confiança, ligados ao respectivo credo, códigos, testemunho, pre-

gação, celebrações, assim como os papéis dos encarregados do culto, regras litúrgicas, etc.

Como cada religião engloba uma dogmática, o que se deve acreditar, uma moral, orientadora dos comportamentos pessoais e dos grupos sociais, diversificados nas suas funções complementares (família, poder, político, militar, religioso, etc.), a linguagem, de tipo religioso, só tem significado pleno nesses diferentes conceitos e contextos. E apenas os iniciados, que vivem essas realidades, apreendem o seu autêntico valor e significado. Para quem é religioso, a linguagem tem um sentido original enquanto ele vive, partilha, exprime e celebra o que acredita, num determinado momento da história pessoal e social.

Aqui se poderá colocar a questão da complexidade e até da possível ambiguidade da linguagem religiosa que, não devendo ser estática, deveria ser simultaneamente objectiva e exprimir a subjectividade da pessoa e do grupo no relacionamento sadio com o transcendente. Neste domínio, nem Deus nem a pessoa podem ficar prisioneiros da linguagem, que é puro instrumento de comunicação. Por outro lado, há a frequente tentação de ligar valor e poder mágico a certas palavras ou ritos, ditos e repetidos, sem cuidar minimamente do que significam num determinado contexto. Quando se trata da reformulação da linguagem religiosa, haveria que ter em conta vários aspectos:

a. Ter clara consciência de que o Transcendente não está cativo de fórmulas, nem de sistemas ou jogos linguísticos. Admitir tal, sob formulação mágica, seria atitude supersticiosa pouco esclarecida e moralmente errada.

b. Por outro lado, é necessário ter consciência esclarecida de que a fidelidade linguística deve submeter-se à intenção significativa. A fidelidade não é repetição; mas exige que não haja alteração do significado fontal, do emissor e respectiva intenção.

c. E acreditando que a transcendência acontece na imanência, não serão os seres humanos que podem criar quadros ou jogos linguísticos que alteram essa situação de *senal produtivo*, na medida que é percebido e acolhido na fé, como foi já referido.

A língua deve pois ser veículo inteligível, significativo e fiel ao dado que se exprime, anuncia e celebra, num determinado contexto sócio-cultural e de crença explícita.

5. Mas para não fazermos de ingénuos, de crédulos, nem afectar hipocrisia descabida, é necessário que se diga que não se pode pretender falar adequadamente de Deus. É por isso que S. Tomás gostava de repetir que pouco mais se pode fazer do que falar negativamente, ou seja, dizendo o que Ele não é, visto que a nossa linguagem é temporal, é do experimentado, do limitado, tendo a marca e os limites dos nossos curtos horizontes, embora cientes de que o objecto da inteligência é o ser enquanto tal. Conscientes de tudo isto, poderemos e deveremos testemunhar que Deus revela-Se pela Palavra e actua na intersubjectividade, na amizade, segundo a medida da Fé esclarecida e comprometida. E, simultaneamente, sempre cientes que aquilo que dizemos não é garantido por Ele; e muito menos os modos, quase sempre antropomórficos, como O apresentamos e O dizemos. Realmente as afirmações sobre Deus tem a marca da história, da cultura, da sensibilidade pessoal e próprias duma certa época, acerca dos conceitos de Deus, do Mundo, da Escatologia e da História que sofremos ou orientamos.

Ao fim e ao cabo, as “teologias” têm estado muito dependentes das “filosofias” que lhe servem de quadro, inadequado mas útil, para exprimir a permanente tentativa da possível inteligibilidade da Fé. Deste modo há uma dupla intencionalidade na linguagem religiosa e, concretamente na cristã, muito típica: é o ser humano que fala a Deus e sobre Deus; na sua experiência religiosa, dirige-se ao Senhor em quem acredita e fala d’Ele a quem não fez essa experiência. Por outro lado a Fé implica uma ética e um estilo de vida que é testemunho e deve ser sinal a confirmar a palavra acerca do “indizível”<sup>5</sup> e que eventualmente convence, não por demonstração, mas por vivência manifestada em atitudes ou comportamentos observáveis pelos que partilham a vida em sociedade.

Porque a linguagem humana não é unívoca mas análoga, pode tornar-se significativa para além dum primeiro valor semântico. E, por outro lado, o kerigma anunciado tem força especial pelo facto de conter a intencionalidade do Deus que Se manifesta a quem honestamente O busca. Daí o dever de, com verdade e simplicidade, proclamar a Palavra e confirmá-La com a vida, sinal que se torna linguagem significativa acerca do totalmente Outro<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Cf. II Cor. 12, 2-4.

<sup>6</sup> Cf. Act. 20, 11-14.

6. A Fé não pode pois dispensar uma linguagem humana característica, porque radica na razão e implica relação; sem ser racional é razoável, enquanto descobre que pela fé poderemos esclarecer o sentido do ser e agir pessoal e social perspectivados; ou, mais exactamente, revela-nos o que é viver com sentido no tempo, com perspectivação escatológica sensata.

Quanto à comum finalidade da linguagem, apenas referiremos o que se deveria aprender desde a Escola Primária, ou seja, que é um meio de comunicar. Implica, basicamente, uma intencionalidade, traduzida numa *mensagem*, idealmente estruturada, para passar, para ser comunicada, transmitida a alguém, o *destinatário real* que receberá, mais ou menos, o *impacto* pretendido pelo emissor e respectiva mudança de comportamento.

Em todo o processo comunicativo devemos contar com vários factores concorrentes que, idealmente, deveriam articular-se cooperativa e complementarmente, de forma esclarecida e realista, para atingir os objectivos legitimamente pretendidos e que seriam meio de comunhão e realização dos intervenientes no processo envolvente.

*Da parte do emissor:* deveria, antes de mais, bem clarificar os objectivos pretendidos e respectiva legitimidade ética, avaliando a situação dos intervenientes no processo e o papel a desempenhar, coordenadamente, por cada um. Deverá outrossim, bem identificar o *destinatário*, pessoal ou colectivo, e respectivas possibilidades receptivas, tendo em conta as *motivações e circunstâncias* envolventes, assim como as capacidades de descodificação pertinente, uma vez estabelecido o contacto. E será segundo este apuramento feito que deve elaborar, claramente a mensagem, codificá-la pertinentemente, em vista do eventual apuro do receptor, que a poderá descodificar a receber o impacto pretendido, que se supõe legítimo.

Para que isto aconteça, segundo os corretos projectos do emissor, é essencial pensar nos códigos e nos meios técnicos adequados a utilizar, para que se estabeleça o contacto e possa receber a retro-verificação do impacto, ou resultados conseguidos pela emissão feita e acolhida.

*O receptor* deverá tornar-se *disponível* e receptivo, mas com a devida *distância crítica*, para ponderar o significado, intencio-

nalidade e real interesse da mensagem, de modo a poder tornar-se, por sua vez, emissor, propondo, honestamente, o respectivo ponto de vista de adesão, recusa, pedido de novos dados ou precisões. Assim o processo torna-se alternativo e eventualmente útil para todos os intervenientes no processo comunicativo.

Em todo este ir e vir, é normal que se ponham questões de *análise lógica* da mensagem, respectiva dimensão *afectiva* dos intervenientes. Deve apurar-se a função linguística, o género, tendo em conta a *facticidade*, ou tipo de relação, ou contexto, com a *vertente poética* e, eventualmente, com a hipótese de surgir a necessidade de traduzir, de deslindar o significado de neologismos, termos técnicos ou “novidades”, que devem ser lealmente clarificadas, para que haja verdade na comunicação e respectivas decisões.

7. Evocados estes dados, trata-se de abordar, muito brevemente, a questão da *linguagem religiosa* na vida social. De facto a *religião* e a *ideologia* parecem ter algo em comum: propõem um projecto, uma utopia de salvação e, por outro lado, verificam-se os resultados de adesão e empenhamento na vida pessoal e social.

Todavia, a diferença radica no seguinte: a Fé cristã brota da adesão a um kerigma, dum proposta de salvação integral, englobando o tempo e a eternidade. A comunhão, pela mediação da Fé, inicia-se no tempo e tem manifestações temporais e sociais, mas inclui a vida de comunhão para além da conclusão do ciclo vital pela morte. E, por isso mesmo, a verdadeira Fé contesta tudo o que neste mundo não respeita esta abertura à comunhão com o Criador, como realização global da universal vocação humana.

A Fé cristã tem pois uma dimensão que é conhecimento e experiência e outra que é a praxis pessoal na Família, na Igreja e no Mundo. Assim engloba toda a sua vida no referente a valores, critérios e comportamentos. E porque a Fé cristã abrange a vida toda e toda a vida, a sua expressão não deveria ser sectorizada, com uma tipificação de linguagem semelhante à do químico ou arquitecto no respectivo domínio específico. Mas também é evidente que qualquer linguagem pretende exprimir uma realidade e, de acordo com a realidade que pretende exprimir, procura ser pertinente, adequada ao objecto, ou seja, dum determinado modo, numa forma correcta e

apropriada. E, neste aspecto, a linguagem religiosa, não deixando de ser englobante, abrangente da pessoa que acredita e vive e na Fé, contém uma certa *tensão escatológica*, visto que é, *constantemente*, a Palavra de Deus para a Humanidade, e a palavra dos crentes em Deus e para os semelhantes, crentes ou descrentes.

Não tendo as limitativas características da linguagem científica, é tão complexa quanto o é o ser humano que a cria e recria, para viver em comunhão e em expressão de anúncio, denúncia, de proclamação, proposição de oração, de ensino e de culto. E, neste sentido, há certos sectores da vida em que a linguagem religiosa terá uma maior amplitude e especificidade, tais como catequese, liturgia, etc. E, por isso, a linguagem religiosa está em constante desafio pela cultura envolvente. E para não entrar em situação de crise e rupturas, precisa de constante reforma e actualização para que, por causa da linguagem, que se torna insignificante, não se desencaminhem os crentes, nem os descrentes se fechem ao anúncio em termos inteligíveis e interessantes aqui e agora, sendo fiel ao conteúdo e sentido fontal.

Nesta linha, temos o testemunho dos fundadores religiosos, tais como Buda e Jesus, que faziam uso de parábolas com a linguagem da vida quotidiana, para se fazerem entender e atingirem as pessoas na sua vida concreta, despertando-as para a realização que lhes diz respeito e lhes é oferecida.

Cristo entrou em confronto com o género literário dos Rabinos e aproveitou os confrontos com eles para denunciar tal processo <sup>7</sup>.

Os seguidores da “linguagem típica” de Jesus não são muito bem aceites pelas Escolas do Hermetismo cristão, que frequentemente preferem acentuar o misterioso, tanto na liturgia como na arte, encerrando tudo em fórmulas rígidas, a que só os iniciados poderão ter acesso. Para não entrar no domínio da teologia barroca, nas Regras e nos Códigos de vida, que, por vezes, mais parecem cadeias do que princípios de libertação cristã integral.

Muitos de nós conhecemos indirectos denunciadores destes processos e o respectivo impacto da mensagem em crentes e descrentes ... <sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Cf. Mt. 21, 23-27.

<sup>8</sup> P. Americo, P. Fr. Gil, O.P. etc.

8. E, antes de concluir, ainda diria que as formas e estilos de linguagem religiosa devêriam ser tão diversos quantas as situações da vida pessoal e as circunstâncias sócio-culturais e éticas dos grupos a quem se destina ou que a usam na expressão e coerente vivência da Fé. E assim deverá cultivar um género próprio, consoante sejam textos litúrgicos, doutrinários ou de exortação; caso se trate de exprimir, proclamar o credo, as convicções do que se crê, experimenta e vive, como sendo uma certeza mais ou menos subjectiva, mas firme. *A função expressiva e testemunhal* da linguagem torna-se demonstrativa pela confiança que merece quem o experimentou e o manifesta na qualidade de vida, como acontece com convertidos, místicos e mártires de toda a ordem que, mentalmente sadios, revelam no que vivem e dizem, o que sabem, experimentam e esperam.

Nos textos pastorais e kerigmáticos, as mensagens deverão combinar uma linguagem, em que a dimensão conativa, fáctica, exortativa e poética de tal modo que prenda a atenção, convença e leve os destinatários à atitude existencial proposta. É importante recuperar a riqueza, o valor da simbologia, com o que ela carrega de sentido a ser sempre renovado.

9. Como é sabido, pelo que já foi expresso, a linguagem, nomeadamente a linguagem materna, exprime e veicula uma cultura ou seja os modos de ser, viver e partilhar a vida dum determinado povo ou nação. Daí dizer-se, com certa propriedade, que a minha pátria é a minha língua e vice-versa.

Cada língua vai tomando contornos diversos, consoante a evolução ou mutação de quem a usa, e tem as características aproximadas dum organismo novo nas respectivas formas de desenvolvimento e transformação até à eventualidade de se tornar uma “língua morta” ou estática, sem relação directa com a vida do dia a dia.

Por outro lado as constantes migrações e emigrações, estabelecendo contacto das relações recebem e oferecem dados novos das respectivas culturas com efeitos inevitáveis nas línguas dos respectivos utentes; deste encontro é frequente surgir uma outra forma de comunicação local e popular, de que o crioulo é uma

modalidade. Mas é um facto que a linguagem religiosa tem tendência a ser mais discreta, a ter um ritmo de desenvolvimento e assimilação do meio mais lento do que a linguagem corrente.

E isto, eventualmente, devido a pretender conservar fielmente o rigor da dogmática, a pureza dos princípios morais e respectivas formulações litúrgicas, graças à intervenção dos responsáveis religiosos com o respectivo estatuto e missão de “receber, anunciar e conservar” o dado revelado ou seja a Verdade<sup>9</sup>.

A falsa consciência desta superioridade e a defesa da Verdade terá influenciado negativamente a atitude pastoral e até a imposição de formas de expressão a outros povos, para os quais eles são insignificantes.

Os modelos de missionação, não foram homogéneos nas respectivas formas de “adaptação” às culturas encontradas. Mas, em geral, falharam no processo chamado “encontro de culturação”.

Mais que encontro terá sido a imposição dum modelo experimentado pelos colonizadores e missionários, como sendo “O verdadeiro” e por isso superior e com uma consciência nada esclarecida, de que deveria substituir o que seria “falso”.

Por isso mesmo a verdade do Evangelho não desencadeou a desejável inculturação, ou seja a renovação das culturas locais pela novidade da Boa Nova libertadora.

Sendo evidente que não se poderá exigir que os missionários não sejam inculturados e também que a Mensagem da Bíblia não tenha uma tradução cultural definida, o que deve desenvolver-se é o processo de aculturação ou seja a benéfica interação de culturas em que todos oferecem e recebem. Esta abertura empática e criteriosa deveria conduzir a um processo de cada um entender, viver e celebrar o Comum do Evangelho na verdade da sua própria língua, que é a expressão da própria verdade pessoal e cultural evangelizada, conseguida a síntese da experiência do que é pessoal, do local e do universal, sem anular nada nem ninguém.

Conseguindo assim a unidade na diversidade, a convergência sem uniformidade<sup>10</sup>.

BERNARDO DOMINGUES, O.P.

<sup>9</sup> Cf. Bernardo [DOMINGUES], O. P., *Psicologia e Religião*, Porto, Paulistas, 1989.

<sup>10</sup> Cf. Act. 2.